

RESOLUÇÃO Nº 1 - Resoluções Tese Faisca - Nosso Futuro não se negocia

Após 4 anos do reacionário governo Bolsonaro fica mais do que claro que é a conciliação de classe que abre espaço para a extrema-direita. O governo de frente ampla Lula-Alckmin é a expressão dessa conciliação com setores da direita tradicional como o próprio Alckmin, mas com vários setores do empresariado, do centrão, do agronegócio, da bancada evangélica que foram pilares do golpe institucional de 2016 e inclusive sustentaram o governo Bolsonaro. É por essas alianças que o governo Lula-Alckmin está preservando muitos dos ataques aprovados desde o golpe de 2016 e no governo Bolsonaro, como as reformas da previdência e trabalhista, mas também é por essas alianças que estão aprovando seus próprios ataques neoliberais como o Arcabouço Fiscal que é um novo teto de gastos que precariza a vida da população e aumenta a terceirização do trabalho. Estão conciliando com esses setores reacionários em um momento no qual os movimentos sociais estão sendo perseguidos, como o MST, pela extrema-direita, mas também pelo Ministro da Agricultura deste governo, Carlos Fávaro, o que mais uma vez prova que nossa luta precisa ser independente. Fávaro é também representante do agronegócio, que ficou contente com a aprovação do Marco Temporal que ataca os povos indígenas. A presença do Ministro do STF Luís Roberto Barroso, inimigo da enfermagem, que foi articulador do golpe institucional de 2016 e votou pela prisão arbitrária de Lula é expressão máxima de como a direção majoritária da UNE quer fazer desta entidade estudantil um braço do governo reproduzindo essa política de alianças e conciliação. Por isso é preciso lutar por uma UNE independente que batalhe por um plano de luta contra o arcabouço fiscal, pelo pagamento imediato do piso da enfermagem para todos os trabalhadores da saúde tanto do serviço público como do privado, pela revogação integral do novo ensino médio, pela legalização das drogas contra a violência policial à juventude negra, pela efetivação dos terceirizados sem concurso público, contra a terceirização e a precarização do trabalho. 2 - Pela efetivação dos terceirizados sem necessidade de concurso público. O Congresso da UNE apoia o Manifesto contra a terceirização e a precarização do trabalho impulsionado por milhares de intelectuais, juristas, parlamentares, ativistas, e entidades do movimento social e sindical 3 - O CONUNE denuncia à toda a população que o arcabouço fiscal que foi votado recentemente é um novo teto de gastos e chama a todas as entidades do movimento estudantil, sindical e social a fazermos uma luta para colocar abaixo esse plano neoliberal do governo Lula-Alckmin em acordo com a direita 4 - O CONUNE se dirige aos trabalhadores da enfermagem de todo o país e se coloca ao lado deles na luta pelo piso salarial. Luis Roberto Barroso, a justiça e os governos federal, estaduais e municipais são responsáveis pelo piso não ter sido aplicado nacionalmente até agora, para estes que salvaram o país na pandemia. Pelo pagamento imediato do piso da enfermagem para todos os trabalhadores da saúde tanto do serviço público como do privado

RESOLUÇÃO Nº 2 - TESE SEJAMOS REALISTAS, FAÇAMOS A REVOLUÇÃO DO NOSSO TEMPO REBELDIA – JUVENTUDE DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A UNE precisa ser independente e pra isso deve romper com o governo. Você, que é jovem estudante, trabalhador, mulher, negro, LGBTI, indígena, deve ter batalhado muito ao longo de 2023. Mas diante das lutas, a pergunta é: como fazer para aprofundá-las e vencer? O Movimento Estudantil (ME) se encontra numa encruzilhada, pois a maior parte dos coletivos e entidades hoje diz que para resolver isso e todo o resto temos que defender o governo. Mas os ataques partem do governo, e dos setores com os quais o governo conduz o país. Portanto não basta dizer que temos que lutar contra os ataques. Se queremos ser vitoriosos nas nossas lutas, a primeira condição é saber quem vamos enfrentar no caminho para isso e ter clareza do projeto político que defendem. É por esse motivo que não pode ser que o movimento estudantil funcione como quer a Majoritária da UNE. A UNE precisa romper com o governo, e isso começa por não compor o Conselho, que é o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do governo Lula. Nesse Conselho se reúnem para debater políticas públicas e sociais grande parte dos nomes da burguesia brasileira. Acionistas de empresas e bancos, CEOs de multinacionais, nomes de peso do agronegócio etc. Como é possível nos defender, sentando pra debater os rumos do país com quem nos ataca? Nós do Rebeldia defendemos que o movimento estudantil tenha independência. Tem correntes do ME que estão 100% junto do governo, como a Majoritária da UNE, que são o PT e o PCdoB, e tem outras que estão 50% junto, como os setores do Psol, que tem um pé dentro e um pé fora. Mas ter independência significa não estar junto com quem ataca sob hipótese alguma. E tem ainda aquelas correntes, como Pcb e UP, que por mais que critiquem os ataques do PT, não colocam como centro do problema a necessidade pela luta que a UNE rompa com o governo e que construamos um ME independente. Não ao arcabouço fiscal de Lula e o Marco temporal! O Arcabouço significa um novo "teto de gastos", seguindo os passos do Teto de Temer. O governo e a direção da UNE dizem que o Arcabouço é melhor que o Teto de Temer, resumindo o debate a um problema técnico, sobre qual política fiscal é a mais "praticável". O problema é que o mais grave do Arcabouço é seguir a lógica das políticas fiscais de sempre: subordinar o dinheiro do país aos interesses de acionistas, banqueiros e empresários. E na prática, tirar dinheiro das áreas sociais, como saúde e educação, para entregar para eles. É por isso que esse projeto é um escândalo neoliberal capitalista. Ao invés de utilizar os recursos do país para atender as necessidades dos trabalhadores, se compromete antes de tudo com o que querem os capitalistas. A maioria da UNE teve um papel vergonhoso sobre o Arcabouço, porque disse aos estudantes que o problema dele era que o Fundeb (fundo da educação básica) estava incluído. E depois que o Fundeb saiu do Arcabouço, comemoraram como uma grande vitória. É claro que é positivo que as verbas do Fundeb não sejam restringidas, mas o signo dessa retirada é muito mais de alívio em meio a um projeto gravíssimo, do que uma grande vitória a ser comemorada, porque a verdade é que a existência do Arcabouço em si é uma derrota para todos os trabalhadores. Ao mesmo tempo em que o governo Lula fez todo tipo de articulação para garantir que o arcabouço fosse aprovado, negociando com o centrão e liberando dinheiro pra emendas em nome de votarem a favor do projeto, não vimos nem metade desse empenho pra barrar a

aprovação do Marco Temporal na Câmara. O Marco é um dos ataques mais graves aos indígenas, que só interessa ao agronegócio, ruralistas, grileiros, e todo esse setor podre da burguesia que explora nossas terras e extermina a população originária do país. O que vemos, portanto, é que seja com o Arcabouço, seja com o Marco, quem está ganhando são banqueiros, empresários, o agronegócio, os ruralistas, o centrão, os políticos de direita e os projetos capitalistas da burguesia. Isso deve servir de lição para nós. Por trás da tal “governabilidade” que Lula e o PT defendem, o que existe é o capitalismo e suas diversas facetas e setores barganhando nossos direitos pra ver quem vai sair lucrando. Lula, os petistas e os que defendem o governo nos dizem que fizeram de tudo para tentar que fosse diferente. Passam a ideia de que ficaram reféns da burguesia e não tiveram opção. Mas quem escolheu levar adiante esse projeto político e não outro diferente foram eles. Quem escolheu ter essa gente toda lá dentro para governar em conjunto foram eles. Cada vez se demonstra mais qual é o projeto do governo Lula, e a quem ele serve. E não é a nós. Inelegível é pouco! Prisão para Bolsonaro e os golpistas! Para derrotar a extrema-direita temos que ser independentes e nos enfrentar com o governo Lula! A inelegibilidade de Bolsonaro é algo a ser muito comemorado por todos nós. Agora precisamos exigir que ele e os golpistas sejam investigados, punidos e presos. Além disso, para levar adiante o combate à extrema-direita, é preciso punir os militares que fizeram corpo mole no 8 de janeiro, e demitir os militares que estão no governo. O problema é que, inclusive para combater a extrema-direita, é necessário se enfrentar com o governo Lula. Por um lado, Lula mantém intacto um setor da direita golpista que está nas instituições do Estado, e por outro, não leva adiante a punição dos militares golpistas. O governo nada fez para que a bandeira de “Sem Anistia”, que ecoou no início do ano, se tornasse realidade. Lula deixa o combate a esses setores para o Judiciário, sendo que é uma instituição que tem influência da extrema-direita, e que serve para defender os interesses dos ricos na democracia burguesa. Mas a questão é mais profunda porque, para além de punir os golpistas, segue em aberto o desafio de derrotar politicamente e ideologicamente a extrema-direita no país. E isso não vai acontecer governando com e para a direita, o centrão, os ricos, a antiga base aliada de Bolsonaro, os burgueses e capitalistas. É por isso que dizemos que não podemos apoiar, confiar ou acreditar que o governo Lula, o STF ou qualquer dessas instituições do estado vão derrotar os bolsonaristas. Para derrotá-los, temos que construir a mobilização junto com os trabalhadores que se enfrentam com os ataques do governo. Para defender emprego, educação e os jovens trabalhadores, é preciso um projeto socialista. Se fôssemos resumir o centro dos problemas da vida dos jovens, poderíamos dizer que tem a ver com emprego-educação. Somos uma geração mais escolarizada do que a geração de nossos pais, mas ainda assim com piores empregos. Ao mesmo tempo, a educação fica pior ano após ano, e há um processo de decadência das universidades. A democratização do acesso não vem acompanhada de políticas de permanência que evitem a evasão. O acesso a essa educação precária não garante emprego e renda, e é por isso que as nossas perspectivas de vida são piores. Há uma redução geral da qualidade de vida dos que se formam. Esses problemas são decorrentes desse modo capitalista de governar. A maioria da UNE, formada pelo PT e PCdoB, defende esse projeto

neodesenvolvimentista com unhas e dentes, iludindo os jovens de que as mudanças que precisamos virão daí. Mas é justamente esse projeto que leva adiante o Novo Ensino Médio, que é o ilustre exemplo da destruição da educação e do emprego, em um país submetido ao interesse do imperialismo e de empresas, como a Ifood, que vai até dar itinerários formativos nas escolas. Ao mesmo tempo, embora não defendam o neodesenvolvimentismo, os coletivos da Oposição de Esquerda acabam de certa forma endossando essa perspectiva, ao não trazer clareza para os jovens e estudantes sobre o que é de fato o governo PT e os problemas dele. Por exemplo, os coletivos do PsoI, como Juntos, RUA e Afronte, embora partam da concepção de que temos que lutar contra o Arcabouço, estão dentro do governo, o que é contraditório com lutar contra o governo e seus ataques. Esses companheiros dizem que estão lá para ajudar o governo, mas o que significa isso, se o projeto do governo é capitalista e neoliberal? Ajudar na prática significa implementar Arcabouço, deixar passar o Marco Temporal, aprovar o Novo Ensino Médio, e levar adiante todas essas políticas que são contra os jovens e trabalhadores. Além disso, quem mais leva adiante as pautas da direita hoje é o governo. Então, para ser consequente com o enfrentamento à extrema-direita, é também necessário lutar contra o governo. De outra parte, os coletivos como o Correnteza e UJC, embora também partam da crítica ao arcabouço e aos ataques, não dão nome aos bois e não alertam os estudantes sobre quem está sendo responsável pelos ataques. Não chamam a UNE a romper com o governo, muito pelo contrário. O Correnteza, por exemplo, já chegou a participar de reuniões com membros do governo junto com a Majoritária, semeando ilusões nessas instâncias. Nós do Rebeldia defendemos que a dívida pública pare de ser paga, que o governo taxe as grandes fortunas, que tire um trilhão dos banqueiros, que tire a riqueza dos bilionários, tudo isso para investir na educação, emprego e outras necessidades dos jovens e trabalhadores. Defendemos um projeto socialista, que se enfrente até a raiz com a dominação burguesa. Não achamos que tem meio termo: nesse sistema, pra alguém ganhar, outro tem que perder. Ou nós invertemos a lógica e vamos para cima dos que nos exploram e oprimem, ou a vida das gerações jovens significará a perpetuação da miséria, da pobreza e da desigualdade social

RESOLUÇÃO Nº 3 - Por uma UNE combativa e independente dos governos: não ao Marco Temporal, por uma reforma tributária classista e pela revogação do NEM e de todas as contrarreformas! Juventude anticapitalista Já Basta! Como contribuição ao debate do 59º CONUNE, nós da Juventude Já Basta!, apresentamos nossas caracterizações da atual situação política do país, para compreender as mudanças experimentadas com a derrota eleitoral de Bolsonaro e o caráter de conciliação de classes do atual governo Lula-Alckmin. Assim como os métodos necessários para impor, de uma vez por todas, uma derrota categórica à ultradireita – a luta direta das massas nas ruas – e reverter as contrarreformas do Ensino Médio, Trabalhista e Previdenciária, bem como os novos ataques do arcabouço fiscal (um novo teto de gastos) e o criminoso e inconstitucional marco temporal com o PL 490. Tais temas devem ser pontos de partida inegociáveis para alçar uma luta do movimento estudantil que, de maneira resoluta, encare os históricos desafios colocados na atual situação política. O pesadelo bolsonarista!

Quatro anos se passaram após o último Congresso Nacional dos Estudantes realizado de maneira presencial, em 2019. Neste período, tivemos de encarar uma perigosa e mortal pandemia e, ao mesmo tempo, um governo negacionista, de ultradireita e com intenções golpistas, o qual levou adiante uma série de ataques às massas trabalhadoras. Por exemplo, a negligência do governo Bolsonaro para garantir a tempo as vacinas contra o COVID-19, facilitou a propagação dessa doença e provocou mais de 700 mil mortes (dados até março 2023 e subnotificados), atingindo principalmente a população negra e a classe trabalhadora. Milhares de pessoas morreram devido às criminosas ações de um governo negacionista! Além disso, o desmatamento da floresta amazônica cresceu desde 2016 com o governo reacionário de Michel Temer e se aprofundou com Bolsonaro: entre 2016 e 2021 a área destruída quase dobrou e, só nos primeiros três anos do governo Bolsonaro, subiu 73%! A Amazônia cobre uma área de 5 milhões de Km² e abriga a maior bacia hidrográfica do mundo (correspondendo a 20% da água potável do planeta) e a metade da biodiversidade mundial. Por isso, sua preservação é fundamental para lutar contra a crise climática. Diante disso, não podemos esquecer os terríveis ataques contra os povos originários. Desde o começo de seu governo, Bolsonaro anunciou que não iria demarcar novos territórios indígenas e garantiu a ampla e irrestrita impunidade para o avanço das atividades extrativistas (garimpo, pecuária, lavoura de soja, etc.). Assim, foi cimentando o que aconteceu durante seu governo e persiste até hoje: uma guerra pelos territórios indígenas, cujas “tropas” são dezenas de milhares de garimpeiros apoiados por enormes forças do capital e com a cumplicidade do Estado burguês brasileiro. Somente em 2020 foram reportados 1.576 conflitos por terra, nos quais aproximadamente 81 mil famílias tiveram suas terras invadidas, sendo 71,8% indígenas. Também, entre 2010 e 2020, a mineração ilegal cresceu 495% nas terras indígenas demarcadas. Os garimpeiros também impulsionam o desmatamento, que aumentou 309% entre outubro de 2018 e dezembro de 2022. O genocídio contra o povo Ianomâmi é um exemplo disso. Estima-se que, entre 2019 e 2022, morreram 570 crianças Ianomâmis de até cinco anos por doenças curáveis, como desnutrição, malária e diarreia (29% a mais que no período 2015-2018); além de se produzir malformações provocadas pelo lançamento de mercúrio aos rios pela mineração ilegal. Logo, há uma relação direta entre a demarcação e proteção dos territórios indígenas com a preservação do meio ambiente. Por isso, o agronegócio ataca os direitos dos povos originários, pois precisa expandir a “fronteira extrativista” com o desmatamento e o garimpo. A classe trabalhadora também foi vítima dos ataques do governo Bolsonaro. Durante os quatro anos de seu mandato foi aplicada uma política de “reajuste zero”, ou seja, não concedeu qualquer reajuste salarial para os trabalhadores e trabalhadoras federais civis. Isso, misturado com a inflação acumulada entre janeiro de 2019 a dezembro de 2022, que provocou uma queda dos salários em termos relativos de 25%. Somente em 2022, o índice que registra o aumento dos preços atingiu 12,3%, provocando um encarecimento da alimentação, dos aluguéis, do gás de cozinha, entre outros. Devido a isso, grande parte da população brasileira enfrenta uma situação dramática: aproximadamente 120 milhões experimentam insegurança alimentar, enquanto 33 milhões passam fome. Por último, é importante lembrar que a fome tem cor e gênero. Segundo os dados de 2020, a fome abrangeu 10,7% das residências habitadas por pessoas pretas e pardas (contra 7,5% nos casos de pessoas brancas); em tanto que foi de 11,1% nas casas chefiadas por mulheres (7,7% quando a pessoa referente era homem). Uma vitória parcial, mas que coloca melhores condições para lutar Bolsonaro foi derrotado

eleitoralmente no segundo turno. Nós consideramos que isso foi uma vitória parcial, pois impediu a consolidação de um projeto para fechar o regime político e instaurar um governo abertamente autoritário e repressivo. Mas a derrota da ultradireita aconteceu apesar da frente ampla de Lula-Alckmin que, como parte de seu arranjo com setores da burguesia, fez uma campanha totalmente dentro dos marcos do regime e com um programa que pouco falou com as necessidades concretas das massas trabalhadoras. De fato, Lula dedicou-se a falar sobre um “passado melhor” e colocou-se contra pautas progressivas, como o direito ao aborto, com o objetivo de aproximar-se aos setores conservadores da ultradireita. Ao mesmo tempo, recusou-se a convocar mobilizações contra a ultradireita, levantando uma confiança total nas instituições do Estado burguês para “derrotar” Bolsonaro. Desta forma, tratou-se de uma espécie de auto conquista política dos mais explorados e oprimidos do país, com destaque para o papel central que cumpriu a juventude nas mobilizações de rua contra o bolsonarismo e os ataques à educação, saúde, liberdades democráticas, etc. Uma conquista que fica ainda mais significativa ao considerar que o governo de Bolsonaro se valeu de maneira criminosa do aparelho do Estado e investiu muitos recursos para garantir sua reeleição. Isso nos coloca diante de uma nova e mais favorável situação política para lutar. Uma situação que combina o enfraquecimento da ultradireita (embora ainda seja a principal força política de oposição com capilaridade e penetração territorial), com um novo governo que expressa uma coalizão normalizadora do regime burguês de exploração e opressão: uma dose reduzida do veneno de um sistema capitalista feroz e em crise que apresenta categórico avanço na precarização e recrudescimento na condição de vida às novas gerações, mas não sem importantes e heroicas mobilizações dos de baixo. Esse é um arranjo político entre partidos de direita (chamados de “Centrão”), de centro-direita e de centro-esquerda (PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL) que tem um caráter liberal-social. É necessário enfatizar que o atual governo segue defendendo os interesses da classe dominante nacional alinhada ao imperialismo. Lula-Alckmin, com o apoio da esquerda da ordem (PSOL e afins), apoia-se em uma precária governabilidade. Em um momento, tutelada e, em outro, chantageada pelas forças reacionárias do Centrão. Essa estruturação política típica de todo governo burguês de conciliação de classes – governar apoiado nas instituições burguesas, de costas para o movimento e cooptando suas direções – tem aberto o caminho para uma conjuntura favorável para impor todas as contrarreformas da burguesia. Ou seja, ao governar com o Centrão em detrimento dos interesses dos trabalhadores, da juventude e dos oprimidos, o governo se tornou refém da sua própria frente ampla, na qual quem dá a palavra final é a classe dominante. Isso expressa-se no avanço das políticas que impulsiona a burguesia, como demonstrou a aprovação do arcabouço fiscal que teve votos até da ultradireita. Também, reflete-se na resistência de Lula em revogar a contrarreforma do Novo Ensino Médio, um ataque profundo contra a qualidade da educação pública aprovada durante o governo reacionário de Temer e que conta com o apoio de amplos setores da burguesia. Por tudo isso, nós da juventude anticapitalista Já Basta! apresentamos as seguintes propostas de luta: 1) Construir um programa nacional de luta da UNE a partir de quatro eixos centrais: a) Prisão de Bolsonaro e de todos os golpistas e genocidas; b) Contra o marco temporal – PL 490; c) Revogação do novo arcabouço fiscal e exigência de uma reforma fiscal que taxe os lucros e dividendos dos grandes capitalistas; d) Exigir ao governo a revogação imediata do novo Ensino Médio, assim como a ampliação das políticas de cotas rumo ao fim dos vestibulares e a defesa e ampliação das políticas de permanência;

RESOLUÇÃO Nº 4. “A retórica não substitui a realidade” – Thomas Sowell O movimento estudantil brasileiro foi um palco da luta estudantil contra o governo da época, que limitou o espaço de diálogo e democracia em nome daquilo que eles compreendiam como certos. Os estudantes passaram anos de perseguição por não serem alinhados às ideologias do governo. É importante ressaltar que nessa conjuntura, o ativismo estudantil está enraizado numa cultura de não subserviência, e sim, da verdadeira liberdade de perquirir suas ideias. Após anos de estrangulamento e aparelhamento do movimento estudantil pelo governo militar, o movimento estudantil passou a compreender um espaço reservado de militância apenas aos movimentos de esquerda, que também aparelharam dos palcos de debate políticos-estudantis com fito de instrumentalizar partidos políticos em palanques eleitorais com o eleitorado juvenil. A esquerda preenche todo espaço estudantil, sem permitir o ingresso de outros movimentos estudantis de alinhamentos divergentes. Depois de mais de 40 anos de renascimento do movimento estudantil, que foi marcada pelo sufocamento da democracia, ainda hoje a esquerda não permite a adesão no palanque democrático de pensamentos contrários ao alinhamento da esquerda extremista. Ao pautar ideias de liberdade, a retórica esquerdista nos alinha ao fascismo, o que além de ser uma retórica mentirosa, também não representa o pensamento de liberdade. Ora, a liberdade é justamente livrar-se do fardo da mão estatal e não o apoio a um estado corporativista. A União da Juventude e Liberdade tem a premissa e a conjuntura de alinhar a ideia de liberdade para o campo estudantil, sobretudo, na forma de condução de políticas estudantis. Nossa missão institucional é justamente adentrar o espaço da União Nacional dos Estudantes de forma a ser uma voz de liberalismo que permita o diálogo democrático entre os movimentos estudantis. A democracia deve ser também presente no palco do debate em que se recebe estudantes de todo o país para o 59º Congresso Nacional dos Estudantes no Distrito Federal. Porém, da mesma forma que a construção de Brasília, mesmo havendo determinação constitucional, demorou décadas para ser cumprida, as determinações constitucionais para que a sociedade brasileira tenha como fundamentos o pluralismo político e a cooperação entre os povos de ideologias e ideias distintas para o progresso da humanidade, até hoje não é cumprida. Pela primeira vez na história, a União Juventude e Liberdade (UJL), um movimento estudantil que defende a liberdade por inteiro, está fazendo sua participação no CONUNE. Infelizmente, essa data histórica também é marcada por um momento histórico, pela primeira vez na história do movimento estudantil, um grupo de estudantes é impedido de participar do debate democrático. Somos agredidos pelo ódio ideológico irracional e pela polarização política extrema existente num país fundamentalmente violento. Seremos uma voz de liberdade nas salas de aula, nos grêmios estudantis, lutaremos, nos diretórios acadêmicos, nos centros estudantis, nas universidades, nos diretórios centrais. Lutaremos pela liberdade onde existir juventude, e o quanto for necessário para que se defenda a democracia e a liberdade. Nós nunca nos renderemos pois a nossa luta é pela liberdade de viver, agir e ser conforme queira. A defesa da liberdade é inevitável, assim como a UJL. “Creio que, em qualquer época, eu teria amado a liberdade; mas, na época que em vivemos, sinto-me propenso a idolatrá-la” – Alexis de Tocqueville.

RESOLUÇÃO Nº 5 - Seguir avançando contra o fascismo!

Desde a década passada, a juventude e o povo brasileiro foram assolados pelo golpismo e a escalada de agressões das classes dominantes. Sofremos uma série de ataques que restringiram o investimento público, a política de valorização do trabalho, a garantia do direito à educação, à vida e à saúde pública. No campo internacional, passamos por uma trágica pandemia e encontramos o mundo à beira de uma guerra de proporções inéditas. A aliança militar do imperialismo – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – busca conter a crise de seu domínio mundial e retomar sua hegemonia unipolar, levando o mundo a mais uma guerra europeia. No Oriente, as tensões escalam à medida que os Estados Unidos intensificam as agressões à soberania chinesa na ilha de Taiwan. Os tempos de guerra exigem da juventude clareza para não nutrirmos falsas esperanças ou cairmos em desespero. Não devemos oferecer um milímetro de confiança aos interesses da OTAN em qualquer região do mundo! É preciso lutar pela paz, e exigir o fim dessa aliança que tanto mal faz a segurança do mundo e a vida dos trabalhadores. De igual forma, é importante ter clareza de que, se o regime russo é um importante ponto de apoio na luta contra o imperialismo total estadunidense, ele mesmo não representa uma alternativa para a libertação substantiva aos povos do mundo – limitado por uma posição antiimperialista desligada de visão estratégica sobre o combate ao capitalismo. Devemos ter muita clareza do que significam as movimentações da política internacional que vem ocorrendo. O fortalecimento do BRICS, o crescimento da influência da China e a resistência da Rússia à agressão e embargos estadunidenses não significam necessariamente a libertação dos trabalhadores. A construção de uma nova ordem mundial, sem controle total do imperialismo estadunidense, permitindo múltiplos polos de poder não significa que os trabalhadores serão livres. No entanto, maior autonomia para tomar decisões próprias, o fim do terrível impacto que os embargos ocidentais causam nas economias de países como Cuba, Venezuela e Coreia do Norte, desmontar a aliança imperialista da OTAN, e cultivar novas relações entre os países, mesmo dentro do capitalismo, é ponto crucial para a derrota da ofensiva fascista mundial. Mas vai além disso: um mundo multipolar também é um importante ponto de apoio para o germen das lutas da classe trabalhadora e dos partidos comunistas do mundo para acertarem as contas com as burguesias, internas ou imperialistas, em seus países. No período recente, vimos no Brasil que o conjunto do movimento golpista tinha como objetivo derrotar qualquer desobediência brasileira ao imperialismo capitaneado pelos EUA e o bloco do ocidente europeu, combinando em sua atuação uma agenda de devastação social e extermínio da classe trabalhadora. Apoiados pelo imperialismo, os golpistas que ganharam a presidência nas figuras de Temer e Bolsonaro, destruíram a previdência social, as poucas leis do trabalho, e colocaram em marcha um movimento que poderia levar o Brasil a um permanente Estado de exceção fascista. Não temos dúvida: não fosse a luta dos estudantes, da juventude e dos trabalhadores, as classes dominantes e o imperialismo poderiam ter acabado com todas as liberdades democráticas, fechado a UNE e criminalizado completamente a luta política, exterminando a esquerda nacional. É possível também que mesmo as derrotas que tivemos fossem piores, uma vez que também foram impostas derrotas aos golpistas, como a derrota da reforma da previdência de Temer e do Future-se. O projeto dos fascistas levou nosso país às mãos de um governo que militou pela morte de centenas de milhares de brasileiros, além de concretizar a asfixia e desvalorização da educação pública (fato comprovado pelo decréscimo de número de inscritos no ENEM e a

queda das matrículas nas universidades). Não é menos importante este fato! O projeto do fascismo para nosso país prescinde de uma mão de obra qualificada formada em universidades de ponta. Para as grandes empresas, o ideal são trabalhadores funcionais formados em cursos rápidos de pouca reflexão, que passem longe da formação crítica e apenas qualifiquem o trabalhador para cada vez mais simples trabalhos. E foi após intensa luta política e social, que apesar de várias derrotas também acumulou força desde 2015, conseguimos impor uma derrota ao fascismo e ao imperialismo elegendo Lula no pleito do ano passado. No entanto, enganam-se aqueles que asseguram o fim da escalada fascista pela vitória eleitoral e manutenção do governo petista. Não nos enganemos! Para liquidar a ameaça fascista, é preciso caminhar para o socialismo, romper os laços de dependência e subordinação econômica do país, prender suas lideranças, desmantelar o núcleo fascista das forças armadas e expulsar a corja burguesa do Brasil! A vitória contra o golpismo sete anos depois da derrubada de Dilma, apesar de simbólica não basta! Precisamos reconstruir a indústria e a economia nacionais, reposicionar nosso país no concerto das nações e dar passos decididos em direção a uma democracia substantiva, que abra caminho para o socialismo. O professor Florestan Fernandes afirmava há muito que o Brasil vive uma autocracia, uma forma política que tem muito pouco ou nada de democrática. Chegamos ao capitalismo em meio à transformação imperialista do mundo, mas a burguesia brasileira jamais assumiu um papel progressista na história do país. O produto disso foi que nossa transformação capitalista não se consolidou democraticamente, isto é, não foram as massas escravizadas e operárias que levaram o Brasil à república e ao capitalismo de direção burguesa. A transformação burguesa foi feita “por cima”, pelas camadas dominantes arcaicas, combinadas e associadas ao imperialismo. Essa situação formou as instituições políticas mais importantes, que concentram grande poder até hoje no país: as Forças Armadas e o judiciário, que perpetuam a cultura de criminalização da pobreza e de todas as lutas sociais, agem com truculência contra as camadas populares, o terrorismo econômico, o racismo, entre outras. Como podemos chamar de democrático um país que não garante a inviolabilidade do lar, onde batalhões da polícia carregam caveiras em seus símbolos e torturam e assassinam famílias inteiras no calar da noite? Onde a polícia rodoviária federal tortura e mata uma pessoa negra em uma câmara de gás? Como é democrático um país que promete em sua constituição direitos, mas só as elites brancas acessam a totalidade destes direitos, com liberdade de descumprir todas as outras leis? Nossas tarefas são claras: a juventude precisa acabar com o regime de terror das elites. No que se refere às lutas imediatas, é preciso ter claro os limites estratégicos do governo petista. Trata-se de um governo de frente ampla, feito para diluir o bolsonarismo nas vias eleitorais, mas que acredita ser possível através desta coalizão também diluí-lo na sociedade. Se de um lado não podemos esperar que o governo conduza a luta contra o fascismo até suas consequências mais profundas, não podemos enquadrá-lo no campo adversário ou nutrir contra ele posturas sectárias. Lula é o governo que fomos capazes de eleger e devemos lutar para protegê-lo do imperialismo, do fascismo e da predação das elites nacionais, na mesma medida em que precisamos nos organizar e conquistar avanços. Todo o movimento popular precisa ter clareza que o governo pode ser um importante aliado, mas não pode esperar deste a direção das nossas lutas. Se queremos uma Universidade Popular, precisamos construir na sociedade caldo de luta suficiente para que se amplie o investimento público na educação e na ciência. É preciso avançar na luta contra os parasitas

privados da educação, para que a universidade produza conhecimento voltado a resolver os principais problemas do nosso povo e que tenha sua autonomia protegida e aprofundada. É preciso que nós universitários, em grande maioria, estejamos decididos a contribuir com o nosso povo e não com as elites ou em busca de enriquecimento próprio, e se isso ainda não é realidade, temos clareza também que há uma tarefa dupla a ser realizada: construir essa consciência dentro da universidade, mas também organizar o povo para que ocupe e demande dos espaços acadêmicos que ele financia. Universitários sozinhos não resolverão os problemas da sociedade, mas como instituições chave da sociedade, as universidades podem e devem contribuir com a melhoria das condições de vida, organização e consciência de todo nosso povo trabalhador. E nada disso depende puramente do governo. São necessárias reformas que aprofundem e ampliem o poder do SUS, reformem as Forças Armadas, que concretizem uma verdadeira reforma agrária, dentre outras tantas reformas essenciais para a vida do povo brasileiro. Estes devem ser importantes caminhos trilhados para empurrarmos o governo contra as elites e abrirmos caminho para o socialismo. Não nos enganemos! Impusemos uma importante derrota ao Bolsonaro nas urnas e o resultado da massificada e mobilizada campanha contribuiu muito para pressionar o STF e torná-lo inelegível por 8 anos. Contudo, a força social do fascismo e do imperialismo no Brasil segue muito viva e sabotando por dentro e por fora do governo e da legalidade. Cabe a nós seguirmos organizando a juventude e os estudantes para enfrentar os de cima e construir o caminho para o socialismo em nossa terra – única alternativa para verdadeira paz e democracia. Por isso, defendemos:

- Abaixo a escalada da guerra da OTAN, pela paz e o fim das ameaças da Aliança contra a paz global.
- Pela desdolarização do Brasil e das nossas relações comerciais. Abaixo o terrorismo do dólar americano!
- Em defesa do governo Lula, contra a agressão fascista e imperialista!
- Pelo fim do limite de investimento público mesmo do calabouço fiscal – abaixo o terrorismo econômico dos banqueiros!
- Pela queda imediata da taxa de juros e o fim da assim chamada “autonomia” do Banco Central!
- Pela nacionalização dos preços dos combustíveis, e pela retomada pública do investimento na Petrobrás!
- Por uma reforma tributária progressiva: menos imposto para o pobre, mais imposto ao rico e às empresas! Taxação das grandes fortunas e dos lucros e dividendos do grande capital!
- Pela demarcação e titulação das terras indígenas, comunidades quilombolas e o fim da violência contra as comunidades tradicionais e pobres!
- Por um novo código trabalhista! Redução de jornada, proteção, previdência e liberdade sindical!
- Pela revogação das contrarreformas trabalhista e da previdência.
- Pela prisão de todos os militares que se envolveram com atividades golpistas ou de intimidação dos poderes constituídos nos últimos anos. Prisão para Heleno, Vilas Boas, Etchegoyen, Mourão, Bolsonaro e os demais!
- Reforma militar já! Pela liquidação do artigo 142 da constituição federal, desmilitarização das polícias, reorganização da política de formação dos militares – ampliação e efetivação do controle social e comunitário das polícias.
- Pela legalização do aborto – pela liberdade de planejamento familiar e independência da mulher!
- Reforma urbana e passe livre já! Pelo direito a usufruir da cidade!
- Abaixo a livre circulação de armamento! Pelo uso dos instrumentos de inteligência do Estado para o combate ao fascismo e ao nazismo que aproximam os jovens do crime e à violência.
- Pelo investimento nas agências de fomento e federações de cultura, em defesa do meio passe e pelo retorno dos festivais universitários.
- Contra a criminalização dos movimentos populares e das lideranças populares!
- Contra a criminalização da cultura popular!
- Contra o genocídio da população negra – abaixo a guerra

às drogas! • Contra o garimpo e a grilagem! Pela demarcação de terras indígenas já! • Em defesa da soberania nacional sobre a Amazônia, para o desenvolvimento tecnológico e preservação da região!

RESOLUÇÃO Nº 6 - UNE NA LUTA: PELA UNIVERSIDADE POPULAR E PELO SOCIALISMO

A nossa geração vivencia uma das mais duras crises do sistema capitalista, uma crise interimperialista. Esgotaram as possibilidades de “resolução pacífica” das disputas entre as burguesias de todo o mundo. O mais recente capítulo é a guerra em curso na Ucrânia e todas as guerras assistidas por nossa geração (em especial nos países do Oriente Médio e países como Congo, Haiti e Myanmar). O que está em jogo para os capitalistas envolvidos é a hegemonia econômica regional e a conformação futura de blocos políticos empenhados no desenvolvimento do capital. Ou seja: a guerra russo-ucraniana é mais um conflito armado pautado pelos interesses capitalistas cujo preço é o massacre de milhares de jovens filhos da classe trabalhadora, sejam eles russos, ucranianos ou de qualquer nacionalidade. Para além da investida capitalista em armas, vivemos também uma ofensiva sobre os direitos fundamentais de manutenção da vida, agravada ainda mais após a pandemia da Covid-19: a retirada de direitos trabalhistas, a diminuição de salários, o desemprego e a fome — oriundos de uma política de austeridade em prol dos lucros. Os próprios geradores da crise a empurram para os ombros dos trabalhadores. Não à toa somos uma geração cuja principal característica é a ausência de perspectiva de futuro. Não há perspectiva de emprego, o direito à moradia segue aniquilado pelos que se beneficiam da especulação imobiliária, nos falta transporte público gratuito e qualidade e não é possível ter um automóvel. Um salário mínimo hoje não condiz com os gastos reais de uma família, fazendo com que o esforço pela sobrevivência seja o que guia a vida da maioria.

Nas últimas décadas as ferramentas para lutar por melhores condições de vida, estudo, moradia e trabalho foram sistematicamente afastadas de nós, sendo limitadas à esfera institucional e se curvando a interesses estranhos à nossa classe. Esse é o caso da própria União Nacional dos Estudantes, que assumiu durante os anos 2002-2015 (anos dos governos PT) o papel de correia de transmissão de políticas dos governos aos estudantes, enquanto deveria trabalhar no sentido oposto: o de colocar a entidade como porta-voz das demandas estudantis, construindo sua independência política.

Se recentemente assistimos uma retomada ainda tímida das mobilizações estudantis por parte da UNE contra governo de Michel Temer e o governo de Bolsonaro-Mourão, é precisamente no curso das eleições de 2022 que a entidade volta outra vez todo seu trabalho e discurso apenas à esfera da política institucional, já dando indícios de sua atuação após uma possível derrota eleitoral de Bolsonaro.

Para nós, a disputa política não pode ser reduzida a uma simples disputa

entre direita e esquerda, uma vez que tudo acontece no terreno da luta de classes. O golpe de 2016, o crescimento da extrema direita e o chamado “bolsonarismo” nada mais são do que expressões da própria crise do capitalismo e do recrudescimento da agenda neoliberal e não são fenômenos particulares à realidade brasileira. Por isso, nós do MUP e UJC não nos retiramos das ruas nenhum momento sequer.

Os contínuos ataques perpetrados contra as universidades e o ensino médio durante o governo Bolsonaro foram, em geral, acatados pelos partidos e centrais sindicais dirigidas pela social democracia, a exemplo do PT e da CUT, que esvaziaram durante os dois anos de pandemia os diversos atos de rua cobrando vacinas, condições seguras de trabalho e auxílios econômicos para que a crise atingisse de forma mais branda a classe trabalhadora e para que essa pudesse conservar ao menos algum nível de dignidade; o da alimentação. O Partido dos Trabalhadores, no entanto, além de fazer uma oposição frouxa nos espaços institucionais que se encontrava, somente tomou para si essas pautas à medida que pudessem servir de moeda eleitoral. Assim, eleito o governo Lula 3, não mais fez que adiar a implementação e discussão do Novo Ensino Médio (NEM) como forma de acalmar os ânimos e seguir a mesma agenda neoliberal que o ex-Ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes.

A vitória institucional contra o bolsonarismo, garantida nas urnas em 2022, e que já de primeira teve de lidar com arroubos golpistas da base bolsonarista inflamada, com os acampamentos clamando por intervenção militar e a invasão da praça dos três poderes no dia 08 de janeiro de 2023, estendeu em alguma medida a expectativa de manutenção das liberdades democráticas e tirou o país do isolamento político e econômico internacional. Porém, tanto não avançou como não se posicionou em momento algum efetivamente do lado dos trabalhadores brasileiros.

Apesar de termos trabalhado arduamente pela vitória eleitoral de Lula no segundo turno das eleições de 2022, o Movimento por uma Universidade Popular (MUP) e a União da Juventude Comunista (UJC), compreendem que essa foi apenas uma vitória parcial (e não poderia ser diferente).

O projeto de conciliação entre classes, dirigido pelo PT, segue a todo vapor: a ampla composição de alianças do governo Lula comprova seu apartamento das demandas populares e alinhamento político mais à direita, ilustrado pela escolha de Geraldo Alckmin, quadro histórico do PSDB comprometido com as mais reacionárias ações da burguesia paulista e recém filiado ao PSB, para a vice-presidência. Da mesma forma, opta-se por pôr de escanteio a urgente a revogação dos pacotes de desmonte do Estado nacional, como o Teto de Gastos, Contrarreforma Trabalhista, Lei da Terceirização Irrestrita, Contrarreforma da Previdência e autonomia do Banco Central

O projeto de conciliação entre classes garante a manutenção das condições alarmantes de vida da classe trabalhadora brasileira. Com um custo de vida cada vez mais elevado, a taxa de desemprego chega a 7,9% e o número de pessoas em situação de fome bate a casa dos 33 milhões. Esses efeitos atingem sobretudo a juventude, a qual é a parcela da população mais suscetível aos empregos informais e desemprego impostos pela conjuntura, vendendo sua força de trabalho dentro da lógica de uberização ou se submetendo a imposição da ideologia neoliberal que vende a ilusão de crescimento e carreira pessoal por meio de negócios próprios por meio de MEI e PJ.

No setor da educação, Lula aponta ser contrário à revogação do Novo Ensino Médio, defendendo o “aperfeiçoamento” de um projeto que tem como essência a imposição de um sistema de disciplinas voltadas para formar mão de obra técnica e barata, atendendo aos interesses da classe dominante. A revogação imediata é a única possibilidade de assegurar que estudantes secundaristas possam construir escolas populares.

No mesmo sentido, o grupo técnico de educação do atual governo é composto majoritariamente por setores da burguesia contrários à educação pública, como a Fundação Lemann, Fundação Tide Setubal e o Todos pela Educação. Isso aponta para seu compromisso com o crescimento e ampliação do capital privado no Ensino Superior, tendo os projetos de ProUni e FIES como os principais exemplos de sucesso que garantiram e seguem garantindo essa consolidação. Em paralelo,

nas universidades públicas de todo país, o que assistimos é a lógica da austeridade restringindo o investimento de recursos públicos nas áreas de pesquisa, contratação de pessoal e abertura de concursos, além da permanência estudantil. Acreditamos que é urgente inverter essa lógica. Defendemos, portanto, que haja ampliação do financiamento para o ensino público com a produção científica e tecnológica voltada para as demandas do povo brasileiro, assegurando verdadeiramente a todos os jovens o direito de estudar e permanecer na universidade.

A destruição dos serviços públicos e a limitação da capacidade de investimento do Estado colocada pelo Teto de Gastos têm consequências desastrosas para a classe trabalhadora. Por parte do governo, não há qualquer indício real de criar condições para uma retomada da capacidade do investimento público, o que se evidencia no novo Teto de Gastos proposto por Lula e Haddad. Fundamentalmente, o novo “arcabouço fiscal” prevê a manutenção da política fiscalista, almejando alcançar superávit primário até 2025. Um projeto, que em nada atende às reivindicações dos setores populares organizados nos sindicatos, movimentos sociais e entidades estudantis. Pelo contrário: se apresenta como um pacote de medidas para atender aos interesses do empresariado. É também essa tentativa de estabelecer um pacto de classes que fortalece o agronegócio que

avança sobre as terras de povos quilombolas e principalmente dos povos indígenas, como no mais recente ataque, via Congresso Nacional, com a aprovação do Marco Temporal.

Por isso, reiteramos que a mobilização e organização das forças populares se mostra como o único caminho possível capaz de romper com as contradições e limites dos projetos reformistas e social-liberais do capital internacional expressos no atual governo. Os estudantes devem fortalecer a disputa da classe trabalhadora pelos rumos da política no país! A União Nacional dos Estudantes deve também impulsionar a construção de espaços de acúmulo de forças dos estudantes indígenas, dentro e fora das universidades, contra o Marco Temporal e os ataques da bancada de deputados financiados pelo latifúndio, somando-se assim às fileiras da luta pela demarcação dos territórios dos povos originários.

Apenas pela organização da base estudantil e pela construção de universidades voltadas para os interesses da classe trabalhadora que teremos um verdadeiro avanço em defesa de nosso povo. Por uma Universidade Popular, pela UNE na Luta e pela construção do socialismo, nós defendemos:

- POR UMA UNE QUE FORTALEÇA A ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA!
- PELA REVOGAÇÃO DE TODAS AS CONTRARREFORMAS, DEFESA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, DAS TRABALHADORAS E DA JUVENTUDE!
- CONTRA O MARCO TEMPORAL! DEMARCAÇÃO JÁ!
- PELO PODER POPULAR E PELO SOCIALISMO!

RESOLUÇÃO Nº 7 - Ocupar as ruas para derrotar a extrema direita e construir nosso futuro!

Há pelo menos uma década estamos diante de uma das maiores crises do capitalismo, com uma ampliação das políticas neoliberais que avançam sobre o conjunto da classe trabalhadora e da juventude. Com esses elementos de um avanço dos setores burgueses contra a classe trabalhadora, abriu-se também um espaço para a atuação e crescimento da extrema direita que hoje se organiza de forma mundial. No Brasil o crescimento da extrema direita e das ideias reacionárias tiveram seu ápice na eleição de Bolsonaro que avançou junto com o movimento mundial do neoliberalismo. Os 4 anos de Governo Bolsonaro representaram para a população brasileira, um ataque sistemático à classe trabalhadora, à juventude, às mulheres, LGBTQIAP+ e à negritude. Além desses setores, a educação, a ciência, o serviço público e o meio ambiente também foram brutalmente atacados. Ao mesmo tempo que esses ataques ocorreram de forma sistemática, também, se forjou uma nova vanguarda de ativistas dispostos a resistir contra os ataques desse Governo, e a juventude foi fundamental na oposição a Bolsonaro sendo o

primeiro setor a se mobilizar contra o governo nos Tsunamis da Educação. Essas mobilizações foram importantes para conter o avanço da política de cortes nas universidades. Diante desse cenário era fundamental a mais ampla unidade para que Bolsonaro fosse derrotado nas ruas, seguindo o exemplo dos Tsunamis da educação. Essa unidade ampla refletiu também nas eleições no segundo turno, com setores diversos aglutinados em torno da candidatura de Lula, como o candidato capaz de derrotar Bolsonaro eleitoralmente, e garantir uma via democrática na contenção do avanço da extrema direita. Mesmo que tenhamos derrotado Bolsonaro, a ameaça bolsonarista segue viva e articulada em nosso país, o reflexo disso são o grande número de Governos de Estado e parlamentares que a extrema direita conseguiu eleger. Esse é o setor que sustenta a política bolsonarista, como é a CPI do MST, uma clara tentativa de perseguição aos movimentos sociais. Com o peso que a extrema direita ainda mantém, mas também entendendo a composição do atual governo de frente ampla e que busca a conciliação como solução para os problemas objetivos da população brasileira, é que precisamos refletir sobre as tarefas principais do movimento estudantil para conseguir de fato derrotar o bolsonarismo, por isso defendemos a mobilização permanente. Hoje, o Governo de Lula, por sua composição não pode responder às necessidades do conjunto dos estudantes, isso se dá pela sua perspectiva conciliatória, com a participação de grupos empresariais que estão dentro do Ministério da Educação. Nesse sentido o papel da UNE (dirigida pela UJS/JPT/LPJ) não pode, apenas ser o papel que já cumpriu anteriormente como uma correia de transmissão das políticas do Governo, mas precisa ser pautada pela sua independência política frente a esse governo e com capacidade de mobilização para avançar em um projeto de educação que responda às necessidades dos estudantes, apontando as ruas como essencial no processo de exigência das demandas reais, e que potencialize um caminho para a derrota do bolsonarismo, com uma forte campanha pela prisão de Bolsonaro e dos golpistas. Isso, pois hoje está colocado para o ME uma série de medidas que são verdadeiros ataques, como o arcabouço fiscal que não somente limita os investimentos a longo prazo, mas colocam como solução para a crise uma saída que está atrelada ao interesse da burguesia. A votação da reforma fiscal é outro exemplo das limitações do governo, pouco disposta a mexer nos bolsos dos bilionários. Além disso, existe o NEM que é o legado do governo Temer, mas aplicada pelo atual governo, e que coloca para os jovens secundaristas poucas possibilidades de futuro com a redução de matérias fundamentais e a adição de outras que servem a lógica da exploração, ao mesmo tempo que diminui a possibilidade de emprego de licenciandos em formação. Essa reforma precisa ser revogada a partir de nossa luta. Para a superação da crise em que estamos colocados é necessário apresentar um programa que seja pautado pela melhoria das condições de vida do nosso povo, e nós só acreditamos que isso é possível se o sistema capitalista for superado. Hoje no Brasil, metade da população vive em insegurança alimentar, há grandes concentrações de terra, os bilionários seguem lucrando sobre a precarização do nosso trabalho. Mas isso só é possível com a construção de um campo político radical e independente que tenha a capacidade de apresentar um programa com firmeza, e esse programa precisa pautar a taxaço das grandes fortunas, auditoria da dívida pública, renda básica. Defendemos que a UNE seja democrática, independente do Governo Lula, com capacidade de articulação e mobilização na base do movimento estudantil para garantir os avanços necessários. Precisamos de um programa radical para a juventude, com taxaço de grandes fortunas, reforma agrária e urbana, a luta contra qualquer medida neoliberal, o fim do

Arcabouço fiscal e do NEM e mais investimentos para a educação!

RESOLUÇÃO Nº 8 - Unir a juventude e o povo para derrotar o fascismo e revogar as reformas liberais!

Por quatro longos anos, o povo brasileiro comeu o pão que o diabo amassou na mão do fascista Jair Bolsonaro. Tudo o que seu governo fez foi para piorar a vida dos trabalhadores e da juventude: a fome e o desemprego cresceram, os salários foram arrojados, a educação foi atacada e sucateada e importantes direitos sociais foram retirados. Bolsonaro destruiu a Previdência e acabou com o direito à aposentadoria, acabou com leis trabalhistas e programas sociais, cortou verbas do SUS e das universidades, privatizou a Eletrobras, dilapidou a Petrobras e permitiu que a Amazônia e o Pantanal fossem violentados pela ganância do agronegócio e das mineradoras. A corrupção também comeu solta nesses quatro anos. Através do chamado “orçamento secreto”, bilhões de reais deixaram de ser utilizados para construir escolas, creches, casas populares e hospitais e serviram para comprar o apoio dos corruptos deputados do Centrão. Durante a pandemia, o ex-capitão foi responsável por um verdadeiro genocídio. O fascista tratou a Covid-19 como se fosse uma “gripezinha”, fez piada do sofrimento das pessoas e negou até oxigênio aos hospitais. Não bastasse, no auge da crise, suspendeu o pagamento do auxílio emergencial e atrasou por vários meses a compra da vacina. Toda essa desumanidade levou à morte mais de 700 mil pessoas, e, conseqüentemente, milhões de brasileiros, até hoje, sentem a perda de seus pais, irmãos, avós, companheiros e amigos. Nas favelas e periferias, a política de morte de Bolsonaro se fez sentir no aumento da violência policial contra o povo preto e pobre, nas chacinas, no crescimento dos casos de feminicídio e no armamento do tráfico e das milícias, que tiveram a compra de armas e munições facilitada por inúmeros decretos presidenciais. Nem os povos originários foram poupados da crueldade do governo fascista: O ex-capitão e seus generais nada fizeram para socorrer os Yanomami contra o garimpo ilegal em suas terras. O resultado dessa indiferença foi que quase 600 crianças morreram e centenas de indígenas foram diagnosticados com desnutrição, pneumonia, malária, presença de mercúrio no corpo e outras doenças relacionadas à presença dos garimpeiros na região. Um verdadeiro crime contra a Humanidade. Nas eleições, sabendo que o povo brasileiro daria um basta a seu governo da morte, Bolsonaro e seus aliados fizeram de tudo para impedir que a vontade popular prevalecesse nas urnas. Espalharam mentiras, ameaçaram fechar o STF e utilizaram toda a máquina do Estado a seu favor. Apesar disso, fizemos valer nossa vontade e, graças à nossa luta, derrotamos o fascista nas urnas. Essa derrota eleitoral de Bolsonaro foi um passo de extrema importância para os trabalhadores, a juventude, as mulheres, os LGBT+, as pessoas negras, os povos indígenas e todas as vítimas da violência e da política econômica da extrema direita e do fascismo. Tirar o ex-capitão da presidência nos abre caminho para novas lutas e conquistas. Contudo, os avanços que ansiamos nas nossas condições de vida, trabalho e estudo só se tornarão uma realidade se as forças populares empenharem todos seus esforços em duas frentes: as mobilizações pela punição dos golpistas e pela prisão de Bolsonaro e a luta pelo fim da política econômica neoliberal que há décadas entrega nossas riquezas para a burguesia e o imperialismo. Não temos dúvida de que, por todos os crimes que cometeram, Bolsonaro e seus cúmplices merecem passar o resto da vida na cadeia, que é onde todo

corrupto e fascista deve estar. Essa não é apenas uma medida de justiça, mas também é fundamental para impor uma derrota definitiva ao fascismo e barrar sua escalada golpista. Essa luta deve caminhar junto com a luta pela punição dos golpistas de 1964, estejam eles vivos ou mortos, pois precisam ser lembrados pelo que realmente são: torturadores, estupradores, sequestradores e assassinos. Sem enfrentar a violência do passado, sem promover memória, verdade, justiça e reparação às vítimas da ditadura, as violações dos direitos humanos e as ameaças de um novo golpe fascista seguirão presentes. Ao mesmo tempo, a luta antifascista não se resume a combater os ataques às liberdades democráticas e aos direitos humanos, a desmentir fake news e a punir os golpistas. Para derrotar o fascismo e a classe que o sustenta, a burguesia, também é indispensável pôr fim à todas as reformas neoliberais e revogar a retiradas de direitos promovidas pelos governos Temer e Bolsonaro, como a Reforma Trabalhista, o Teto de Gastos (EC-95), a Lei da Terceirização, A Reforma da Previdência e a Reforma do Ensino Médio. É urgente uma política econômica a favor dos mais pobres, da juventude periférica, dos negros, das mulheres e da comunidade LGBTIA+; uma política econômica que quebre as cadeias da dominação imperialista em nosso país, erradique a fome, controle os preços dos itens de primeira necessidade, garanta direitos e proteção social, aumente o salário dos trabalhadores, reestatize as empresas privatizadas e recomponha o orçamento da Educação, da Saúde e da Moradia. Diante disso, a UNE precisa ter uma postura independente e de pressão permanente sobre o governo, apresentando o programa da juventude e exigindo que a vontade das urnas prevaleça sobre a pressão e as chantagens do Centrão, do agronegócio, dos banqueiros e do imperialismo. A UNE deve fortalecer sua presença em cada universidade, nas salas de aula, nas ruas e nas redes para construir na base a correlação de forças que nos permitirá derrotar o fascismo e avançar nos direitos da juventude. A diretoria da UNE não pode continuar refém de ilusões com os acordos de gabinetes e articulações desligadas do movimento de massas, nem se calar diante das contradições do governo Lula, sob o risco de perder ainda mais prestígio junto aos estudantes, que esperam da UNE a defesa intransigente da democracia e dos nossos direitos. A UNE deve ser a UNE das lutas, das mobilizações, dos tsunamis da Educação e das ocupações. A derrota que conseguimos impor ao bolsonarismo nas urnas precisa ser consolidada nas ruas, com o movimento estudantil promovendo atos e manifestações, pressionando para que não haja conciliação nem perdão e exigindo a tão necessária e urgente reconstrução do Brasil! PELA PUNIÇÃO DOS GOLPISTAS DE ONTEM E DE HOJE! Prisão para Bolsonaro e todos envolvidos na tentativa de golpe! PELA REVOGAÇÃO DAS REFORMAS LIBERAIS! Abaixo a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista! Abaixo o Arcabouço Fiscal! Abaixo a Reforma do Ensino Médio! Pela auditoria da dívida pública!

RESOLUÇÃO Nº 9 - A crise internacional do modo de produção capitalista, intensificada em 2008, abriu caminho para o crescimento, nas décadas subsequentes, da extrema-direita e do neofascismo em todo o mundo. A redução nas taxas de lucro, acompanhada do agravamento nas condições de vida dos povos, demonstrou os limites do neoliberalismo enquanto modelo econômico construído dentro dos marcos do estado democrático de direito. Com receio de verem seus lucros e sua agenda de financeirização da economia ameaçados, as classes dominantes apostaram, em diversos países, em projetos neofascistas e/ou autoritários, desde que levassem adiante a cartilha econômica deste setor. Foi assim nos EUA, com Trump; na

Itália, com Giorgia Meloni; na França, com Marine Le Pen; Erdogan na Turquia; Orbán na Hungria; Netanyahu em Israel, entre outros. Essa agenda política também se impôs por meio de golpes de estado com atuação destacada do lawfare na América Latina e em outros países subdesenvolvidos ou de economia dependente do Sul Global, sendo uma importante expressão desse processo a eleição de Bolsonaro no Brasil. Os acontecimentos ocorridos no Brasil após a Lava Jato influenciaram a ofensiva da extrema direita, ajudando a concretizar o golpe que derrubou a presidenta Dilma e levou ao início do governo golpista de Michel Temer, que implementou um projeto de destruição do Brasil. O resultado dessa agenda em nosso país foi o desmonte de elementos estratégicos para a soberania nacional, que se manifestou através da precarização do SUS, a efetiva privatização da Eletrobrás, da TAG (Transportadora Associada de Gás), da BR Distribuidora e de refinarias de petróleo no Nordeste. Além disso, essa agenda retrógrada buscou dizimar importantes políticas públicas conquistadas com luta no período dos governos progressistas como o Bolsa Família, o Mais Médicos e o PROUNI; promoveu sucessivos ataques à Amazônia, ao Pantanal e outros biomas; o genocídio do povo negro, expressão da discriminação racial; os ataques aos direitos dos Povos Tradicionais, mais recentemente o caso do povo Yanomami e a comunidade quilombola de Pinhões; o desmonte das políticas de Direitos Humanos, proteção às mulheres e às LGBTQIA+; das agências e institutos de proteção e preservação dos biomas brasileiros e seus povos, como o IBAMA e a antiga FUNAI; o desprezo à cultura, expresso no veto às leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo, derrubados no Congresso Nacional; o rápido crescimento do subemprego, criando vagas precarizadas de trabalho que apenas simulam postos de emprego formal para mascarar os dados de desemprego, sobretudo entre os jovens; a diminuição criminosa do poder de compra dos salários e da moeda nacional, o Real, causando o crescimento exponencial da fome em um contexto de inflação nos supermercados de todo país e de preços abusivos dos combustíveis gerados pela anterior política de preços adotada na Petrobras, pautada no dólar e revertida no atual governo. Todas estas duras consequências aplicadas pelo governo anti Brasil de Bolsonaro, que “passava a boiada” por cima de tudo e de todos para executar sua agenda reacionária, fascista e neoliberal. A lógica neoliberal de distribuição das vacinas pelo mundo e o negacionismo científico do governo resultou que o Brasil foi um dos países mais afetados pela pandemia, com milhares de mortos. Isso evidenciou ainda mais a importância do SUS e do seu caráter público e gratuito para salvar vidas. Seguimos em sua defesa! Nós, estudantes, sentimos profundamente o impacto do caos infligido ao nosso país ao longo dos últimos anos. O governo Bolsonaro, em sua gestão na área da educação, foi marcado por uma drástica queda nos investimentos nesse setor: em 2021, atingimos o menor patamar desde 2012, significando uma redução de R\$ 8 bilhões entre 2019 e 2021. Enfrentamos até hoje inúmeras dificuldades, para retornar nossos estudos e pesquisas. Aos poucos, estamos voltando a ocupar as cadeiras das universidades, e são muitos os que entre nós se deparam com diversos obstáculos que dificultam ou mesmo impedem de retomarmos o exercício pleno do direito à educação. É fundamental avançar na criação e aprimoramento de programas educacionais que permitam a permanência do estudante, filho da classe trabalhadora, na universidade pública e gratuita a partir da defesa do quadripé universitário. Os estudantes nunca se calaram diante das diversas ações e tentativas de precarização da educação. Lutamos em defesa dos direitos da classe trabalhadora a cada ataque que surgiu, criticamos arduamente o processo com o qual se deu a operação Lava Jato, inclusive sendo contra a prisão do presidente Lula e estando

na resistência contra a eleição de Bolsonaro. Já em 2019, a Bienal da UNE, realizada em Salvador, inaugurou um grande ciclo de resistência que mobilizou sobretudo juventude e estudantes. Os Tsunamis da Educação arrastaram milhões de jovens no país inteiro para lutar contra os cortes nas universidades e institutos federais. Construimos também a campanha Fora Bolsonaro, sendo a UNE protagonista na realização de atos de rua mesmo durante a pandemia. Nos reinventamos com diversas mobilizações digitais e simbólicas que derrubaram um Ministro da Educação, adiaram o ENEM, conquistaram a volta do FUNDEB e garantiram o pagamento das Bolsas do PIBID. No meio da corrida eleitoral de 2022 ainda organizamos uma grande jornada de lutas contra os cortes na educação. Sem dúvidas, a UNE foi um dos movimentos que mais colocou gente na rua para derrotar o Bolsonaro e se consolidou como uma das principais fiadoras da unidade no movimento social. Impulsionada pelas mobilizações de rua, formou-se uma frente democrática, fortalecida no 2º turno, com amparo na candidatura de Lula. Esta unidade política foi fundamental para enfrentar um adversário que em momento algum respeitou limites constitucionais. Bolsonaro se utilizou durante o processo eleitoral de um gigantesco aparato de desinformação, combinado com bilhões de reais do orçamento secreto, possivelmente o maior esquema de corrupção institucionalizada que o Brasil já viu. É por isso que a vitória de Lula deve ser amplamente comemorada. Foi uma vitória da democracia e do povo brasileiro. Pela primeira vez, desde a redemocratização, um presidente da República em exercício não foi reeleito. Por outro lado, Lula acumulou o maior número de votos na história em nosso país. Não foi apenas o povo brasileiro que viu com bons olhos a eleição de Lula. Diversos chefes de Estado se apressaram em reconhecer o resultado e cumprimentar o Presidente eleito. Trata-se de um sinal evidente de retomada do protagonismo do Brasil no cenário internacional, após constantes humilhações resultantes de uma política externa inepta, que relegou o país à condição de pária internacional e o subordinou aos interesses da extrema-direita mundial. Este reposicionamento do Brasil se dá em um momento de intensa disputa geopolítica, com a desestabilização do modelo unipolar que colocava os EUA em posição de hegemonia, tornando possível observar a ascensão da China no cenário global e o fortalecimento dos BRICS e seu Banco de Desenvolvimento, comandado pela ex-presidenta Dilma Roussef. A vitória de Lula tem especial importância para blocos independentes, contribuindo para o avanço do protagonismo do Sul Global, no qual o Brasil será mais uma vez central nos debates sobre as questões globais, na promoção da integração latinoamericana e de uma agenda de desenvolvimento soberano, justiça climática, cooperação e anti-imperialista. Da mesma forma, é necessário compreender que Bolsonaro foi derrotado, mas o bolsonarismo ainda é uma força presente na sociedade. A derrota de Bolsonaro não significa o fim do neofascismo no Brasil. Os ataques terroristas e golpistas às sedes dos três poderes em Brasília no dia 8 de janeiro demonstraram um processo de radicalização da agenda desse setor. Se a rápida resposta institucional, de mobilização popular e da comunidade internacional foi fundamental para construir um isolamento e derrotar a tentativa de golpe, alguns elementos demonstram que ainda existe um longo caminho para a desbolsonarização do país. Para isso, precisaremos protagonizar uma intensa disputa na sociedade, melhorando as condições de vida do povo brasileiro e fortalecendo a defesa da democracia, da participação popular nos rumos da sociedade, bem como a defesa de valores da solidariedade e da igualdade, valores feministas, antipatriarcais, antirracistas, antigbtffóbicos e anticapacitistas, de respeito ao meio-ambiente e aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, em contraposição a esta

cultura de violência e intolerância. Por esse motivo, é fundamental lutarmos em defesa do programa vitorioso nas eleições de 2022, sem anistia para quem planejou, financiou e apoiou a tentativa de golpe: é essencial responsabilizar todos aqueles que conspiraram direta ou indiretamente contra a soberania popular. Se por um lado a amplitude política é fundamental na defesa da democracia, um governo de frente ampla precisa ser constantemente pressionado para que atenda aos interesses do povo brasileiro. Além disso, não derrotaremos o bolsonarismo sem antes realizar transformações econômicas que melhorem significativamente a vida do povo brasileiro. Não existirá reconstrução do Brasil sem derrotarmos o fascismo. Sabemos que a juventude tem um papel decisivo na reconstrução do Brasil, e em muitos momentos também travaremos disputas com o governo, como ocorreu na luta pela revogação da Reforma do Ensino Médio. Portanto, a UNE deverá mobilizar permanentemente sua base, de maneira independente, mantendo sua referência e acumulando forças para as lutas em defesa da democracia, mas também para impedir que o tal “mercado” e o centrão, que ajudou a eleger Bolsonaro, pautem o governo Lula. É essa agenda que a UNE deve enfrentar no próximo período, buscando contribuir para um novo modelo de governabilidade, apoiado na mobilização popular, que busque superar as pressões e chantagens de Arthur Lira. Com a taxa de juros atual, estima-se que o repasse ao setor rentista excederá 800 bilhões de reais apenas esse ano. Cada 0,25% de redução na taxa de juros representaria um aumento de R\$ 12,7 bilhões ao orçamento federal para outros setores, montante que equivale 5 vezes a recomposição orçamentária da educação. Nos posicionamos a favor de menos dinheiro para os bancos e mais para a educação! A política de juros altos insistentemente levada a cabo pelo Banco Central sob a liderança de Campos Neto inviabiliza o crescimento econômico e a proposta de arcabouço fiscal impõe limites para o desenvolvimento que o Brasil precisa. É tarefa central dos estudantes reunir o conjunto do movimento social para aumentar a pressão pela redução das taxas de juros e transformar o lucro dos rentistas em investimento público. Essas políticas econômicas se apoiam em uma suposta “responsabilidade fiscal” que desconsidera a responsabilidade social do Estado. O Teto de Gastos, projeto para implementação dessa política imposta pelo governo golpista de Michel Temer, resultou na destruição das instituições de ensino federal, hospitais e programas sociais essenciais à população brasileira e mostrou o fracasso da política de austeridade de que aumentar a confiança do mercado garantirá o crescimento. Cresce quem investe no seu povo. Temer e Bolsonaro proporcionaram um desmonte de importantes políticas públicas conquistadas através de muitas lutas durante os governos populares em diálogo com os movimentos sociais. A retomada de um desenvolvimento ambiental e socialmente justo requer que o investimento público seja a alavanca da economia brasileira. Algumas medidas apontam para o enfrentamento do legado das políticas neoliberais a partir da aprovação da reforma tributária, a volta de uma política industrial no país e o papel ativo do BNDES. A UNE deve lutar pela ampliação dos investimentos existentes para construir um projeto nacional e manter afastados do poder os algozes do nosso povo. Da mesma forma, lutar por uma transição energética social e ambientalmente justa e a construção de um novo modelo de desenvolvimento ambiental para o Brasil, que combata as desigualdades, o racismo ambiental, o avanço do garimpo ilegal e da mineração predatória, em especial na Amazônia, território que foi o principal alvo da política ecocida, etnocida e genocida imposta nos últimos 4 anos, e faça do Brasil exemplo mundial no combate às mudanças climáticas. O equilíbrio fiscal não pode se dar

através do estrangulamento de gastos sociais - deve ser promovido através da reformulação das políticas de arrecadação. A UNE se posiciona em favor da taxação das grandes fortunas: quem ganha mais deve pagar mais! Diante de um Congresso Nacional conservador e de direita, é necessário fortalecer os espaços de participação popular, do nível municipal ao federal. Fortalecer os conselhos, conferências e fóruns participativos é fortalecer os movimentos populares e educacionais de forma a avançar na construção de um novo Brasil. Além do fortalecimento dos espaços que já existem, é necessário que a UNE também seja sujeito ativo na proposição de políticas de ampliação e aperfeiçoamento da participação popular, de modo a construir um processo de mobilização, politização e disputa ideológica em nossa sociedade em nome de um Brasil que atenda aos interesses da maioria da população. Lutaremos pela garantia de que a promessa do orçamento participativo se concretize e que possamos pautar a centralidade da educação. Combinado a isso, é necessário impulsionar iniciativas de auto organização das juventudes e movimentos sociais com o objetivo de ampliar a nossa capacidade de pressão. Fato é que a mobilização dos estudantes nas ruas já trouxe vitórias, como a suspensão da implementação do Novo Ensino Médio, a conquista do reajuste nas bolsas da Capes e do CNPq, a retomada de programas de combate à fome, o retorno do Bolsa Família, do programa Mais Médicos, a ampliação do Minha Casa Minha Vida, a revogação do sistema de escolas cívico-militares e a retirada do FUNDEB e dos investimentos em Ciência e Tecnologia do Arcabouço Fiscal. Lutar pela ampliação das bolsas da CAPES e do CNPq, pela revogação definitiva do Novo Ensino Médio e a apresentação de um projeto que leve em conta os anseios dos estudantes, pela implementação do plano emergencial para o ensino básico e para a universidade brasileira é nossa prioridade, assim como derrotar a fome, a insegurança alimentar e a miséria, afinal, as universidades precisam ser agentes no combate às desigualdades sociais e estruturais (de raça, gênero etc). A promoção da alimentação saudável e adequada à todos e todas deve ser um direito de todos e todas. É necessário pensar novas formas de promoção de um novo modelo de desenvolvimento nacional respeitando as particularidades regionais e o avanço das pautas humanitárias e ambientais. Precisamos nos manter intransigentes na defesa da democracia e dos interesses do povo brasileiro. Somente a mobilização popular pode deter o neofascismo e avançar nas pautas e no programa e este será o papel da juventude neste novo ciclo político que se abre